

Intervenção Inicial da Ministra da Cultura no âmbito da apreciação na especialidade da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2020

[Vale a versão lida]

Um compromisso de transformação para a Cultura

Senhoras e Senhores Deputados,

Assinalamos, hoje, um momento particularmente relevante. Vimos aqui assumir um compromisso transformador para a cultura em Portugal.

Ao longo dos últimos anos, trabalhámos com objetivos claros.

Por um lado, reverter o desinvestimento na área da cultura e estabilizar o apoio às entidades e estruturas culturais. Entre 2015 e hoje, com a presente proposta de OE, o investimento em cultura, considerando apenas as receitas gerais do Estado, aumentou mais de 50%.

Por outro lado, resolver problemas há muitos anos sem solução. O restauro dos Carrilhões de Mafra, que finalmente vão voltar a tocar já no próximo dia 2 de fevereiro; a intervenção no Convento da Saudação, um edifício do século XVI há muito a aguardar reabilitação para que o projeto Espaço do Tempo ali possa continuar a criar e a programar; a conclusão da conferência de inventário da coleção de arte do Estado e o retomar de uma política de aquisições para a coleção.

E, em particular, lançar programas estruturais nas diferentes áreas da cultura. O Arquivo Nacional do Som, o Plano Nacional da Artes, o Programa Nacional para o Saber Fazer, o regime de autonomia dos Museus e Monumentos Nacionais, a Portugal Film Commission, apenas para referir alguns.

Reverter o desinvestimento, resolver problemas de décadas, lançar programas estruturais. Este é o balanço dos últimos anos. É chegado o momento de projetar o futuro. O que nos move é o futuro. E o que queremos fazer é ambicioso, mas possível. Assumimos, aqui, hoje, um novo compromisso para o futuro, um compromisso transformador para a área da cultura.

Um compromisso de transformação: estratégia

Transformar exige visão estratégica e capacidade de investimento. Não basta afirmar que queremos mais dinheiro para investir em cultura; é necessário dizer para quê e com que estratégia.

Começemos pela estratégia.

O contexto em que se constrói e concretiza a política pública de cultura não é, não pode ser, um contexto em branco. É um território com as suas gentes, as suas configurações geográficas, demográficas, sociais, económicas; é um universo de estruturas artísticas e de criadores de diferentes gerações, que marcaram a história da cultura portuguesa e que estão, hoje, a construir novas páginas dessa história; é uma sociedade de pessoas, associações, empresas, que valoriza o seu património cultural, que procura a criação artística, que integra a oferta cultural no seu quotidiano.

É neste e para este contexto que temos de definir e concretizar uma política pública de cultura.

O território; as estruturas artísticas, os artistas e autores; os cidadãos e as empresas: estes são os três pilares de uma visão estratégica de transformação da política de cultura, na base da qual serão desenvolvidas medidas concretas ao longo dos próximos anos.

Os objetivos? Um país culturalmente mais coeso, no qual artistas e autores tenham mais e melhores condições de criação e programação e as pessoas e as empresas usufruam e invistam mais em cultura.

Um compromisso de transformação: investimento

Assumir este compromisso de transformação para os próximos anos exige, para além da estratégia, maior capacidade de investimento.

Em 2020, o orçamento para a área governativa da cultura, sem contabilizar a área da comunicação social, tem um crescimento superior a 10%. Este aumento da capacidade de investimento reflete-se nos diferentes sectores da cultura.

Desde logo, o aumento da dotação para investir na reabilitação e dinamização do património cultural. No conjunto, regista-se um crescimento de 15,3% do orçamento das entidades com atribuições na área do património cultural, sendo de realçar o aumento muito significativo nas Direções Regionais de Cultura em particular nas do Alentejo (+43%) e Centro (+28%). Em projetos de reabilitação do património cultural, está previsto um investimento de 26,7 milhões de euros, o que representa um crescimento superior a 20% face a 2019.

No apoio às artes e à criação artística, a proposta de orçamento para 2020 totaliza um valor global de 89 milhões de euros, o que representa um aumento de 7,3% face a 2019. Especificamente para a Direção Geral das Artes, o orçamento cresce cerca de 17%, num ano, há que salientar, em que não há abertura de concurso para apoios sustentados às artes.

No sector do cinema e audiovisual está previsto um reforço de 15% para a Cinemateca e de 4% para o Instituto do Cinema e Audiovisual. A este aumento acresce o reforço significativo do Fundo do Turismo para o Cinema e Audiovisual que tem uma dotação de 56,6 milhões de euros.

Nos programas para o Livro, a Leitura e a Rede de Bibliotecas, temos mais 1,3 milhões de euros. São mais 9% no orçamento da Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas e mais 3% no orçamento da Biblioteca Nacional.

Finalmente, de destacar o reforço de 9% para a internacionalização da Cultura portuguesa, a concretizar através do Plano Anual para a Ação Cultural Externa e,

muito em particular, para a preparação da Presidência Portuguesa da UE no primeiro semestre de 2021 e da temporada cruzada com França no segundo semestre de 2021.

O orçamento para 2020 prossegue, portanto, o caminho de reforço da capacidade de investimento na área da cultura. E afirmamos hoje, aqui, que este é um caminho que prosseguiremos nos próximos anos, tendo um objetivo claro: atingir 2% da despesa discricionária do orçamento de Estado para a cultura.

Como temos afirmado, a cultura é uma área transversal, não se contém nas fronteiras orgânicas da área governativa cultura. O investimento que, nomeadamente, o Instituto Camões, realiza para a internacionalização de artistas e autores é investimento em cultura e deve ser contabilizado enquanto tal.

E para que seja claro e transparente qual o investimento em cultura e quais os seus impactos no país, vamos aprovar e implementar a conta satélite da cultura. São muitas as recomendações nacionais e internacionais no sentido da existência de um instrumento de informação e medição sobre o sector da cultura consolidado nas Contas Nacionais. A conta satélite da cultura será uma realidade ao longo deste mandato.

Medidas de um compromisso de transformação

Temos estratégia, estamos a aumentar a capacidade de investimento para a concretizar e, por isso, sabemos quais as medidas a concretizar.

O território é a base, é o texto que conta a história através do património cultural, material e imaterial, é o terreno onde se fixam redes de espaços de criação e programação, é o espaço natural da cultura.

O património é uma prioridade deste governo. Vamos lançar, já este ano, um “programa plurianual de meios e investimentos para a reabilitação e dinamização do património cultural classificado”. Os objetivos são claros: identificar e programar a reabilitação de património cultural, aqui se incluindo, naturalmente, os museus, monumentos e palácios; criar um instrumento de financiamento do programa, assente num princípio de diversificação de fontes financeiras.

Os museus, monumentos e palácios constituem um elemento central deste programa. O objetivo é intervir nas infraestruturas, em articulação com medidas para a modernização e transformação digital dos museus. A concretização destas medidas far-se-á no quadro do regime jurídico de autonomia dos museus, que em 2020 será plenamente concretizado.

É no território que estão os espaços, os equipamentos e as redes de cultura. E é com base na realidade do nosso território que vamos intervir. Porque não podemos, mesmo, aceitar a coexistência de equipamentos culturais sem programação com estruturas artísticas sem local para criarem e programarem.

A “Rede de Teatros e Cineteatros” é um dos elementos estruturantes no quadro de medidas para o território. Já iniciámos o trabalho de regulamentação da lei, que irá decorrer ao longo do primeiro semestre deste ano. Até ao final do ano, teremos condições para aprovar medidas concretas para o apoio ao funcionamento desta rede.

A existência de uma rede de teatros e cineteatros preparada para receber criação e programação artística é, na nossa estratégia, um elemento decisivo no quadro do apoio estruturado às artes.

Concluimos em 2019, pela primeira vez em muitos anos, o concurso para o biénio seguinte, aquele que agora começa. 2020 é um ano em que não abrem concursos de apoio sustentado às artes, sendo, assim, o momento certo para avaliar e preparar um novo ciclo, que queremos integrado com o funcionamento da rede de teatros e cineteatros e outras redes culturais.

A política de apoio e promoção das artes tem de ser transversal aos diferentes domínios culturais e criativos, a todas as gerações de artistas, em todo o território nacional.

Portugal tem uma extraordinária história da arte contemporânea para contar, divulgar, projetar. Esta história tem muitas gerações de artistas, mais velhos e mais novos, mais consagrados e mais desconhecidos, mulheres e homens. Ao longo deste

mandato vamos contar essa história, através de medidas concretas para a arte contemporânea portuguesa.

Foi com esse objetivo que retomámos uma política de aquisições de obras de arte para a coleção do Estado, algo que não acontecia há mais de 20 anos. Foram adquiridas 21 obras de artistas portugueses no valor de 300 mil euros. Para 2020 o Governo aumentou a verba para aquisição de arte contemporânea, que será de meio milhão de euros.

A aquisição de obras de arte não é um fim em si. É um instrumento para a valorização da arte contemporânea e dos artistas, para a sua descentralização e divulgação. Por isso, em 2020, o governo vai trabalhar para ligar em rede centros de arte contemporânea e instalar novos espaços, em estreita articulação com os municípios.

Na estratégia para um novo mandato, as áreas do cinema, audiovisual e media adquirem uma nova centralidade, através da sua junção, julgamos que pela primeira vez, numa Secretaria de Estado. Uma maior articulação entre estas três áreas acompanha a evolução observada no panorama mundial, tendo como objetivo central desenvolver medidas integradas para a preservação e desenvolvimento da atividade cinematográfica, audiovisual e dos media, (incluindo a defesa e apoio ao jornalismo isento, independente e livre), no contexto mais amplo de uma política da Língua Portuguesa e da diversidade criativa contemporânea.

Ao longo deste mandato vamos implementar medidas estruturais para o cinema e audiovisual, em articulação, por um lado, com a transposição da diretiva europeia dos serviços de comunicação social e audiovisual e, por outro lado, com a revisão do contrato de concessão da RTP, a revisão do contrato da Lusa e o programa de apoios à comunicação social.

Em 2021, Portugal preside ao Conselho da União Europeia, no primeiro semestre, e, no segundo semestre, realiza-se a temporada cruzada com França. O Governo já iniciou o trabalho de preparação da programação cultural para o ano internacional de 2021, com o lançamento de uma grande exposição dedicada às mulheres artistas, do

início do século XX até aos nossos dias, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, a Culturgest e a Caixa Geral de Depósitos.

O pilar do território e o pilar das estruturas artísticas, artistas e autores articulam-se, na estratégia do Governo, com o pilar dos cidadãos e das empresas, elementos constitutivos da sociedade.

É fundamental desenvolver medidas para uma maior e mais ativa participação dos cidadãos e das empresas na cultura. O desenvolvimento, a diversificação, a sustentabilidade do património, das artes, da literatura consolidam-se através da participação e corresponsabilização de todos.

Assim, já em 2020 serão adotadas medidas com esse objetivo. Destaco, aqui, duas dessas medidas.

A criação da “Lotaria do Património” que irá desafiar todos a participarem na missão nacional para o património cultural. As receitas deste jogo social reverterão, na sua maioria, para a preservação, reabilitação e dinamização de património cultural classificado.

O lançamento de uma plataforma nacional de “empresas com a cultura”, que tem como objetivos alterar o paradigma de relacionamento entre empresas e cultura, através de diferentes eixos de atuação.

Esta é a nossa ambição para a política pública de cultura nos próximos anos. Com uma estratégia clara, um orçamento em rota de crescimento e medidas integradas para a sua concretização. Apontamos para o futuro, cientes que não basta resolver o presente, é necessário construir programas de futuro.

Num tempo em que surge a tentação de instrumentalizar a cultura, é o momento da democracia afirmar a cultura como realidade e símbolo da liberdade, da independência e do universalismo. Só assim é possível construir um futuro que inclua todos.

Graça Fonseca

Assembleia da República, 20 de janeiro, 2020